

**- XCI -****GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CANAVIEIRAS/BA E  
COARACI/BA****Sarah Santana Nascimento**

UESC/Brasil/BA

sarahsanth@gmail.com

**Maricélia de Souza Pereira Moreira**

UESC/Brasil/BA

moreiramsp@gmail.com

**Emilia Peixoto Vieira**

UESC/Brasil/BA

emilcarl28@hotmail.com

**Introdução**

O artigo apresenta resultados de pesquisa<sup>1</sup> que vem analisando como os municípios baianos do Território Litoral Sul, especificamente para este trabalho, Coaraci/BA e Canavieiras/BA, organizaram suas redes de ensino para atender as definições das políticas públicas para a Educação Infantil no país, sobretudo a partir de 1996.

A pesquisa foi desenvolvida, inicialmente, por meio de estudo da legislação educacional brasileira, em seguida realizou-se coleta de informações, por meio da aplicação de questionário, direcionado às Secretárias de Educação e Técnicos da Secretaria. Coletamos informações junto aos municípios para identificar se possuíam estrutura política e administrativa para o atendimento à Educação Infantil: sistema de ensino; conselho municipal de educação; plano de carreira; plano municipal de educação; diretrizes municipais para a Educação Infantil; setor específico na secretaria de educação responsável pela educação infantil; levantamento quantitativo EI (urbano e campo): número de matrículas (creche e pré-escola), número de gestores, coordenadores, docentes e auxiliares.

Para esta apresentação, discutimos inicialmente, as políticas educacionais destinadas, mais especificamente, à educação infantil no país, e analisa as novas responsabilidades e obrigações conferidas aos municípios, como a exigência de organização técnica, política e financeira para o atendimento a esta etapa da educação básica. Em seguida, apresenta uma breve caracterização dos

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) – Bahia/Brasil e atendeu todas as questões éticas.

municípios, buscando evidenciar a organização dessas municipalidades para a gestão da educação infantil e, por fim, examina a situação dos dados quantitativos.

A Constitucional de 1988 assegura o direito a Educação infantil, e passa a ser dever do Estado e direito da criança. A LDB/1996 reafirma em seu artigo Art. 29 a EI como primeira etapa da educação básica e o direito da criança. Nesse contexto, coube aos municípios atender aos ordenamentos legais, e a elaborar e implementar estrutura, leis e políticas como criação de sistema de ensino, conselho municipal de educação, diretrizes próprias para EI para regulamentar e alinhar o trabalho da sua rede às exigências nacional.

As novas responsabilidades e obrigações conferidas aos municípios exigiram da gestão municipal organicidade e capacidade técnica, política e financeira para constituir a Educação Infantil. Exigiu compromisso do Estado, que no plano municipal, resultou em propostas para a (re)configuração da Educação Infantil. No entanto, não tem sido tarefa fácil para os municípios, já que as disparidades relacionadas ao porte, condições econômicas, políticas e culturais contribuem para apresentação de situações diversas sobre a organização da gestão da Educação Infantil.

### **A organização dos municípios Canavieiras/Ba e Coaraci para a implementação da Educação Infantil**

O município de Coaraci/Ba organizou seu sistema municipal de ensino e instituiu seu Conselho Municipal de Educação/CMC – Lei nº 730 de 05 de setembro de 1996. Possui Plano Municipal de Educação - Lei nº 1121 de 23 de Junho de 2015; plano de carreira - Lei Municipal nº 1135 de 07 de junho de 2016; Resolução do Conselho Municipal de Educação/CME de nº 02 de 27 de maio de 2016, em complementação à Resolução nº 06 de 20 de dezembro de 2002, que trata sobre as diretrizes e orientações para o atendimento da Educação Infantil em âmbito municipal e possui um setor na secretaria responsável por essa etapa.

O município de Canavieiras/Ba não organizou sistema de ensino próprio, mas instituiu Conselho Municipal de Educação - Lei nº 737 de 2005. Possui plano de carreira - Lei nº 875 de 2008; Plano Municipal de Educação - Lei nº 1.027 de 23 de junho de 2015. Não possui Diretrizes Municipais para Educação Infantil e nem um setor responsável pela educação infantil na secretaria, mas possui um coordenador responsável por esta etapa.

A presença de uma organização administrativa em forma de sistema e a presença do Conselho Municipal de Educação/CME sugere autonomia aos municípios, apesar de a Constituição não lhes faculta estabelecer normas próprias, o que é admitido apenas em caráter complementar pela LDB (SAVIANI, 2010). Canavieiras não apresenta sistema de ensino próprio, dificultando sua situação de autonomia, e sua subordinação à secretaria Estadual de Educação.

Em Canavieiras também identificamos a ausência de Diretrizes Municipais para Educação Infantil e de setor responsável na secretaria de educação para gerir a EI. A inexistência de orientações que direcione as atividades nas instituições pertencentes à rede pode indicar fragilidade e limites no exercício do CME no contexto municipal, órgão responsável pela regulamentação do funcionamento da Educação Infantil do município. Já a ausência de um documento importante como as diretrizes municipais, revela as fragilidades/dificuldades do município em avançar no delineamento de diretrizes próprias para essa etapa.

A presença de setor próprio na secretaria para responder pela EI é um aspecto que merece destaque, visto que sua presença pode sugerir “um olhar diferenciado sobre essa etapa da educação básica” e agregar qualidade à sua gestão no âmbito do sistema. Identificamos a presença de profissional da educação lotado na secretaria de Canavieiras, respondendo pelo trabalho de coordenação da EI da rede. Em Coaraci, além do setor próprio na secretaria, identificamos a presença de profissional responsável por essa etapa. No entanto, o quantitativo de profissional encontrado nos dois municípios revela a dificuldade em avançar para atingir a demanda dessa etapa, principalmente, quando se trata do campo.

Quanto ao número de instituições infantis, gestores e coordenadores, atuantes na área urbana e campo, para o atendimento a Educação Infantil, os municípios apresentam:

**Quadro 1:** Número de instituições infantis, gestores e coordenadores para o atendimento a Educação Infantil – Coaraci e Canavieiras

Município	Total de instituições de EI			Total de gestores			Total de coordenadoras pedagógicas		
		U	C <sup>2</sup>		U	C		U	C
Coaraci	Creche	07	00	Creche	07	00	Creche	05	00
	Pré-escola	08	10	Pré-escola	08	01	Pré-escola	07	01
Canavieiras	Creche	02	00	Creche	02	00	Creche	02	00
	Pré-escola	07	27	Pré-escola	07	01	Pré-escola	08	01

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras - Ano referência 2016.

Os dados revelam que, nos dois municípios, não há atendimento para as crianças de 0 a 3 anos (creche) no campo, e em relação à pré-escola, o atendimento no campo ainda é realizado em salas multisseriadas. Constata-se a dificuldade dos municípios para garantir escolas ou salas exclusivas de educação infantil no campo.

<sup>2</sup> As instituições de educação infantil localizadas no campo, nesta pesquisa, são caracterizadas como salas multisseriadas em que acontece o atendimento de crianças de 4 e 5 anos, concomitante a outros agrupamentos de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental.

Quanto ao número de gestores, no município de Canavieiras, em nenhuma instituição há a atuação de vice-diretor. Existe a presença de coordenador pedagógico para cada escola no meio urbano, mas em relação ao campo, existem 27 (salas/instituições), com apenas um diretor e um coordenador. Em Coaraci a realidade não é muito diferente. Os dados revelam a presença de vice-diretor em algumas instituições de pré-escola e a sua inexistência nas creches. Em relação à presença de coordenador pedagógico, identificamos que em creches há um único coordenador, atuando em mais de uma creche.

### **Considerações finais**

Os municípios, Canavieiras e Coaraci, apresentam desafios para o atendimento a educação infantil. Dentre os desafios, destacamos dificuldade de atendimento em creches situadas no campo e composição de equipe gestora nas instituições, principalmente as situadas no campo. Ainda, conforme apresentado no texto, os municípios necessitam avançar no estabelecimento de instâncias administrativo-pedagógicas de acompanhamento e pessoal qualificado na secretaria para atendimento as especificidades dessa etapa.

### **Referências**

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 44, maio/ago. 2010. p. 380-412. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.